

ACADÊMICO

DISTRIBUIÇÃO
GRATUITA

ANO V - No. 55 - ABRIL 80 - BLUMENAU - SC

327
A3861

POLÍTICA ESTUDANTIL. UMA NECESSIDADE!



Os recentes acontecimentos, a evolução do regime no sentido de uma abertura, embora ainda estreita mas real, tem como causa o amplíssimo movimento da opinião pública contra o arbítrio e pelas liberdades democráticas que se criaram neste país: as conquistas do movimento democrático e de massas que se expressam concretamente em inúmeras oportunidades na vida pública do país.

Atuar politicamente de forma correta neste quadro exige uma visão clara dos objetivos que se pretendem alcançar, do conjunto de forças necessárias para fazê-lo e de uma análise bastante precisa do momento de correlação de forças existentes.

A UNE que hoje temos reconstruída traz em seu bojo a experiência da luta contra o fascismo em nosso país. Por isso, ela tende a superar muitos erros do passado e exige, para ser reconstruída, como base real de apoio, tudo o que existe de movimento organizado, em cada sala de aula, em cada escola, em cada região do estado.

Sua reconstrução efetiva vai depender fundamentalmente de sua capacidade de assimilar a extraordinária criatividade desenvolvida pelo movimento durante os seus anos de resistência, articulado de maneira adequada, nacionalmente, todas as formas de participação coletiva dos estudantes.

Para isso, precisamos amadurecer proposta no sentido de vincular organicamente à vida, definindo tarefas e atribuições, as formas de participação e articulação a nível nacional que viabilizaram a reabertura da própria entidade, o que significa mudar a qualidade do movimento nacional assegurando-lhe uma direção política de massas, poderosamente sustentada pela organização das massas estudantis em cada sala de aula.

O Jornal Acadêmico se propõe para isto, e o que requer maior número de colaboradores.

É NECESSÁRIO CONSTRUIR UM MOVIMENTO DE BASE NESTA ESCOLA.

A Unversidade Hoje No Brasil

Universidade é o lugar onde ensino e pesquisa se integram na mesma proporção. A pesquisa não se limita ao campo das ciências positivas, mas deve abranger também as ciências humanas. Ao elemento pesquisa se conjuga a reflexão. Entende-se que dentro da evolução das ciências, no último século e meio, passou-se a considerar que a reflexão devia se alicerçar sobre a indução, portanto, sobre os fatos e será a partir dos dados acumulados, organizados, estruturados que a reflexão deve ser elaborada.

Entende-se a educação como um serviço público, essencial do ser humano, que os governos estão obrigados a considerar como objetivo de primeira ordem. O reconhecimento desse pressuposto pelas autoridades competentes de intenso e extenso programa educacional em todos os níveis, a fim de não só eliminar o analfabetismo como também aumentar as possibilidades de educação média e superior para incorporar à sociedade as conquistas científicas e tecnológicas do mundo moderno.

Diz a Constituição que a educação é direito de todos e dever do Estado e que o ensino será ministrado, nos diferentes graus, pelos Poderes Públicos. Não é preciso qualquer esforço para se concluir que o Estado brasileiro vem cumprindo muito mal esse dever. O número de brasileiros sem escola, em todos os níveis, é muito grande. Esse mal cumprimento da responsabilidade da educação deve-se a dois fatores: o primeiro fator é que o nosso governo e os defensores do ensino pago não estão bem conscientes das responsabilidades do governo no investimento educacional, que se reflete na privatização da educação, que atrela o ensino aos interesses do capital, e resulta um conflito insuperável entre o objetivo de promover a educação e o objetivo de obter lucro. As necessidades da educação são inesgotáveis, pois sempre existem a possibilidade e a necessidade de melhorar o nível do ensino, a quantidade e a qualidade dos professores e do equipamento, bem como a necessidade de ter mais espaços disponíveis e de ampliar o número de beneficiados. Por tais motivos nunca haverá sobra de dinhei-

ro, que se possa desviar para outras finalidades sem prejudicar a educação pois quando uma atividade é desenvolvida com objetivo de lucro está implícito que se pretende retirar dinheiro dessa atividade para satisfazer outras necessidades e aspirações. A educação se torna apenas um meio como poderia ser um banco, um supermercado ou qualquer outro empreendimento comercial ou industrial.

Essa situação já existia antes de 1964, mas após o golpe militar, a situação foi agravada. De um lado, porque se passou a dar prioridade ao desenvolvimento econômico, medido em termos de quantidades produzidas ou exportadas, como se o País fosse uma fábrica e não tivesse importância a cultura do povo e a independência cultural. Mostraram-se incapazes de entender que os gastos com a educação irão acarretar um progresso qualitativo que fará o povo mais feliz e terá efeitos benéficos também sobre a economia.

O segundo fator é a falta de preparo das pessoas que ocupam os cargos-chaves do governo. Os governos militares raramente preencheram os principais cargos e funções considerando o mérito das pessoas, prevalecendo quase sempre a fidelidade ao governo ou o parentesco ou a amizade com os governantes. Esse procedimento deu poder de decisão a muitas pessoas medíocres, de baixo nível intelectual, impermeáveis aos apelos da cultura. Dirigentes insuficientemente educados não reconhecem valor na educação.

Além das anuidades altas outro ponto importante que revela claramente os objetivos comerciais dessas entidades e sua despreocupação com a qualidade do ensino é o regime de trabalho do corpo docente. O catálogo do MEC revela que 81% dos professores universitários brasileiros trabalham em regime de tempo parcial e esclarece: "Este fato se deve à predominância da rede particular que praticamente não utiliza regime de tempo integral".

Na realidade, essas instituições não possibilitam ao docente uma carreira universitária e não realizam concurso para a escolha de professores. Estes são contratados no regime da Consolida-

ção das Leis do Trabalho e são demitidos a qualquer momento. Não se exige dos professores que realizem pesquisas, publiquem trabalhos ou atendam os alunos fora das classes. Os docentes são contratados exclusivamente para dar aulas e ganham pelas horas de aulas dadas.

A possibilidade de lecionarem em cursos superiores exerce atração sobre muitos profissionais e a pouca exigência da escola deixa tempo livre para outras atividades. Por outro lado, entretanto, a baixa remuneração e a falta de apoio e estímulo para pesquisas e convivência com alunos, associadas à precariedade dos contratos de trabalho tornam praticamente impossível uma integração universitária e convertem os professores numa espécie de cometas, que passam periodicamente e rapidamente pelas escolas, às vezes com muito brilho mas ficando em situação marginal.

Universidade Como Fator de Desenvolvimento

Nos países da América Latina, da África e da Ásia, em que o problema do desenvolvimento é questão central, é fundamental definir a função da Universidade como instrumento do processo de transformação da sociedade e da economia. E isso não permite que ela se transforme numa fábrica de diplomas que dão uma certa chance de colocação individual. É necessário que essa Universidade aproveite sua potencialidade, abrindo-se para a sociedade e transformando-se em agente de desenvolvimento local da região onde está situada, definindo bem suas funções. A nossa Universidade deveria ser aberta para os problemas da sociedade de Blumenau, e que se considere como instrumento fundamental de transformações econômicas e participe cotidianamente do desenvolvimento local, regional e nacional, tomando a si a responsabilidade concreta a nível de projetos de desenvolvimento. Essa Universidade não poderia ser considerada simplesmente como instrumento de política cultural e sua atuação prática seria um modo de retribuir os fundos públicos nela empregados. E neste caso, evidentemente, deve ser financiada pelo governo. Uma

Universidade desse tipo tem que ser pública e pode constituir-se numa instituição-chave de todo o processo de desenvolvimento.

Movimento Estudantil Nas Universidades

A baixa qualidade de ensino, a falta de equipamentos essenciais à prática universitária, o mau pagamento salarial dos professores, a superlotação das salas de aula, a cobrança de taxas abusivas, caracterizam o pequeno mas crescente movimento estudantil na Universidade, e são conseqüência de modo geral, da transferência para empresários da tarefa de educar o povo brasileiro.

Essa transferência, baseada não apenas na decrescente participação da educação no orçamento federal (de 9,7% em 1964 para 4,17%, em 1978), como também na aprovação do funcionamento de cursos superiores privados, está fazendo renascer duas antigas bandeiras de luta dos estudantes brasileiros: mais verbas para educação e ensino público e gratuito em todos os níveis. A melhor estratégia é mobilizar os estudantes da nossa Universidade no sentido de que não paguem um centavo além dos 35% fixados pelo Conselho Federal de Educação. Esse é o primeiro passo para despertar a consciência estudantil de que não devemos pagar nada, que é obrigação do Estado dar educação gratuita à população. O universitário da escola privada não despertou a consciência da gratuidade; ele quer pagar pouco. É necessário entender, no entanto, que paralelamente à luta contra o ensino pago, existe uma questão importante: a democratização do ensino, e isso só é possível com o aprofundamento da discussão sobre os interesses que a Universidade deve defender.

É tempo de se pensar seriamente na democratização do ensino no Brasil e de se reconhecer que o investimento em educação é um dever do Estado e um benefício para o País. **POR 35% DE AUMENTO E NENHUM CENTAVO A MAIS; POR UMA UNIVERSIDADE VOLTADA À COMUNIDADE; PELA RECONSTRUÇÃO DA UEE.**

A LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

Os estudantes que, ao lado do povo, participaram dos acontecimentos do dia 30 de novembro de 1979, em Florianópolis, foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. O Juiz aceitou a denúncia do Promotor e agora eles estão sendo julgados, podendo ser condenados de 1 a 4 anos de prisão e, se forem aceitas agravantes, de 2 a 5 anos. Entre eles está o Presidente do Diretório Central dos Estudantes, Adolfo Luiz Dias. Os outros são todos colegas nossos de União Estadual de Estudantes, e para os estudantes aqui de Blumenau, o enquadramento foi uma surpresa total, pois a moderação e o equilíbrio de todos eles é conhecido. Mas, POR QUE ISTO? Lei de Segurança Nacional — o que é? Para termos uma idéia da gênese da Lei de Segurança Nacional devemos lembrar alguns fatos acontecidos em 1968. A Câmara dos Deputados resolveu não conceder licença para processar o Deputado Márcio Moreira Alves por ofensas dirigidas às Forças Armadas. Como resultado, a 13 de dezembro de 1968, o Presidente Arthur da Costa e Silva, pressionado pelos militares, editou o Ato Institucional No. 5 e colocou o Congresso Nacional em recesso. Foi uma forma magnífica de respeito à soberania popular, de que o Congresso é "detentor". Este ato dava amplos poderes ao Presidente da República, para fechar e reabrir o Congresso, cassar mandatos, seqüestrar bens, aposentar e outras arbitrariedades. O Presidente, entretanto, deixou bem claro que o fazia para ter tempo de elaborar nova Constituição, e quando estivesse pronta, reconvocar o Congresso para aprová-la. Aproximadamente um ano depois, o Vice-Presidente, Dr. Pedro Aleixo, encarregado de elaborar o anteprojeto da nova Carta, apresentou seu trabalho. Contudo, o destino foi muito ingrato, ou suspeito. O Presidente Costa e Silva foi acometido de um derrame cerebral e assim nada mais podia assinar. Sua mão não obedecia mais. Foram convocados médicos para apresentar um diagnóstico e para corroborar sua decisão foi chamado o maior neurologista francês, que declarou que, mesmo se o Presidente se restabelecesse, não deveria reassumir, pois a carga de preocupações faria voltar a doença, ou até agravá-la. Assim, o Vice-Presidente que estava em Belo Horizonte, embarcou por via aérea para Brasília, pois segundo a Constituição, declarado vago o cargo de Presidente, ele como vice deveria assumir. Ao invés de ser recebido com honras de Chefe de Estado, foi preso e recambiado a Belo Horizonte, pelos mesmos militares que um ano antes haviam forçado a edição do AI-5. Uma Junta Militar assumiu o governo e declarou o Presidente e o Vice-Presidente impedidos (todos os dois com derrame?).

Assim, o Brasil entrou num de seus períodos mais negros. Uma das primeiras atitudes da Junta foi modificar toda a Constituição de 1967, a tal ponto que perdeu sua característica básica, tornando-se o esteio de uma ditadura feroz, pois o AI-5, ao invés de ser revogado, foi incluído na Carta Magna. A Escola Superior de Guerra tinha sua ideologia de Segurança Nacional e sobre esta foi montado todo o aparato repressivo. Colocou o país em guerra permanente. Assim, foi elaborada a LEI DE SEGURANÇA NACIONAL, pelo Decreto 898, de 21.9.69 — Decreto-Lei No. 898. Os resultados não se fizeram esperar. Cercearam-se totalmente os movimentos sindical e estudantil; a imprensa foi censurada. A repressão foi tão violenta que, para se ter um exemplo, Olavo Hansen e Manoel Fiel Filho, líderes sindicais foram mortos em câmaras de tortura como está comprovado. Alexandre Vanuchi Leme, da USP, segundo a repressão foi atropelado, mas a verdade é outra: um companheiro seu assistiu, quando foi morto sob torturas. O último Presidente da UNE — Honestino Guimarães até hoje está desaparecido. Sacerdotes e Bispos foram torturados, mortos e seqüestrados. Frei Tito Alencar foi tão torturado que seu sistema nervoso se deteriorou e ele se suicidou na França. Os padres Henrique, Burnier e Luckenbein também foram assassinados e seus algozes estão soltos. A Segurança Nacional é um conceito muito amplo. A Lei de Segurança Nacional é definida como **segurança e desenvolvimento**. Acontece que a verdadeira segurança não está na arma, e sim no ser humano. O Brasil nunca estará seguro, com aviões a jato, foguetes, navios de guerra e tanques ou até armas atômicas, se os princípios básicos de segurança não forem atendidos.

Está escrito na nossa Constituição: "Todo trabalhador tem direito a um salário digno a sustentar a si e sua família".

Acontece que a concentração da renda em nosso país é um fato alarmante, reconhecido até pelo Presidente Figueiredo no dia de sua posse. É evidente a qualquer um que um povo com milhões de analfabetos, campeão mundial de doença de Chagas e tuberculose, com um custo de vida subindo a quase 100% ao ano e com um salário de Cr\$ 2.600,00, sendo percebido por quase metade dos assalariados (O Presidente declarou que se tivesse que viver com ele, daria um tiro na cabeça — acontece que quem ganha salário mínimo não tem dinheiro para comprar a arma e nem tem crédito para comprá-la fiado); com uma dívida externa de quase 60 bilhões de dólares, que nos impede de importar o suficiente, e ativa nossa inflação interna. Com uma situação destas não há arma que dê segurança a um regime. A segurança feita desta maneira é para o sistema e não para o povo. A Lei de Segurança Nacional é uma espada de Dâmocles sobre a cabeça do povo. Por ela, fazer greve, que é um direito universal do trabalhador como último recurso, é considerado atentado à Segurança Nacional, desde que em serviços considerados essenciais. E qual o serviço que não é essencial? Qualquer ofensa à autoridade é nela cominada. Delitos de imprensa e solidariedade podem ser nela enquadrados.

Colegas, é tempo de acordarmos e nos irmarmos aos colegas de todo o Brasil contra a Lei de Segurança Nacional, que pretende separar de nós 7 colegas muito estimados. E o que é o pior, nenhum de nós estará seguro enquanto ela estiver vigorando. Queremos um Brasil democrático, livre e soberano, e isto não com bonitas palavras, mas com fatos. A democracia, entretanto, não se conquista, mas se pratica. Vamos viver e aprender a viver a democracia e ela estará mais perto de nós, porque quando a maioria da população a viver, a arbitrariedade desaparecerá como a noite que cede lugar ao dia.

ESTEJA CONOSCO NA CAMPANHA CONTRA A LSN — PELA DEMOCRACIA, pela liberdade dos colegas.



POLÍTICA ESTUDANTIL, UMA NECESSIDADE.

A alguns dias passados, assistindo a uma palestra, surgiu a seguinte indagação: "Tem o estudante universitário na atual conjuntura uma consciência da política estudantil? Temos observado um afastamento muito acentuado da classe, justamente nos momentos em que é chamada a intervir nos destinos estudantis, se aliena, e foge do debate, donde certamente deveria se empenhar profundamente. Com isso, não se criam mais lideranças estudantis, porque, queiram ou não, são elas que dão a oportunidade de o estudante desenvolver todo o seu potencial político e de pôr em ação toda a sua capacidade de trabalho junto à sua comunidade, fortificando enormemente a classe nos assuntos de maior interesse estudantil. O estudante universitário dos dias atuais está acomodado, não quer se incomodar e fica apático em relação aos seus próprios problemas que estão surgindo, dia-a-dia em volume cada vez maior, conforme o tempo vai passando, com uma série de fatos que aí estão para serem analisados e pesados; aumento exorbitante das anuidades, taxas, livros e outras coisas mais. É por tais fatos, que estamos alertando o estudante, porque fazer política estudantil nunca foi proibido a ninguém e sim é de interesse da classe reivindicar direitos que em muitas ocasiões lhe são usurpados. Somos contrários, sim, à baderna, à agitação feita por estudantes despreparados e sem consciência de uma política estudantil, pois tais atitudes não levam a proveito nenhum.

E como caminho para aqueles que realmente pretendem participar em prol do estudante, aí estão os Diretórios Estudantis com suas portas abertas para todos, sem qualquer discriminação. É só chegar!

Jairo Casagrande

Intelecto

Holocausto

AH!

Eu sinto...
o acordar para a prisão
a liberdade dos grandes sonhos
... vim do infinito

É!
sou alguém

Paráiso maravilhoso
que Universo imenso
e a presença
do amor
de Deus

Há amor por toda parte
é por isso que existo?
eu não me percebo
serei espírito?

Ouçõ rumores surdos
batidas contínuas
e eternos riachos que escorrem.
É maravilhoso
meu corpo pulsa!

Devaneio

Navegando sobre mares infindos,
Sem cor, sem fundo
Tropeçando em montanhas ocas
Esbarrando no vento que deixa a folha imóvel
Andei na rua que não era rua
Dei topada na claridade que era escura
Tateei na noite de lua cheia
A lua se enfureceu e sumiu

CONTINUEI

arregalei mais os olhos
Esgacei as pálpebras
Na minha cegueira
Toquei você
Toquei o Mundo
Tonteei, girei, girei...
Senti-me caindo,
caindo...

Estraçalhei-me

Cheguei ao fundo
Toquei o chão
e ele me foi fugindo
Como os degraus de uma escada rolante
Tentei agarrá-lo
Impossível
Não existe chão para quem nunca se firmou nele
Vagando, rolando, caindo

Continuo tentando
Tocar as estrelas, conversar com a lua, xingar o sol,
rir com a chuva, festejar com a noite, sonhar com o sonho
Ver um lampejo de amor...

PROCURO

Alcançar você ou me distanciar...
... Talvez eu goste de cavalgar na imensidão do espaço e
JAMAIS CHEGAR, JAMAIS

roberto carlos belli

Nossa Raça Humana

Os seres estão morrendo. Na solidão estão perdendo seus sonhos, a cada dia que passa, mais são profanos. E si próprios máquinas de calcular. Deixando em evidência de espaço. E a louca corrida final é o seu fixo objetivo.

E a reta, para onde todos correm, desponta as dinheiro e o poder. E NESTA CORRIDA MUITOS dos - até pelos próprios irmãos. Muitos morrem de fome e de cansaço... E poucos, muito poucos, param acham que já é o bastante. Mas nunca seremos capazes de chegar ao fim. E não se apercebem que a corrida continua para sempre em busca de dinheiro e mais luxo, mais fortuna. Vinganças.

E no entardecer, na beira da estrada, lugar tão remoto onde os carros não param, ques das favelas de zinco correndo e bricando numa poça d'água. As barrigas inchadas toam em volta dos ribeiros. A fome do no tanque. O suor e a cachapa do pai, so queixoso do velhinho paráltico. O LINHAS NO POLEIRO. O cenário é diabólico. Nas esquinas as "meninas ca e peruca batem seu ponto. E sonhos, estão de olhos abertos, esperando primeiro que aparecer para saque. vazio está o silêncio que parte louco vagabundo cambaleando tir. Talvez o casal que dorme dos os dias se vão iguais para nua na hora do café. Ela e com ódio a massa vai saber de onde vêm os g. Pobres seres hu poder será esse que Não sabe das estrelas me. Que deixa o faz deap. Deus! no E nos

lenita rosi espidola

ÇA.

Amorosa

Olhe seu Irmão

Hoje, você reclama,
Se queixa da vida,
vive com muita grana
Para uma boa saída.
Você acha que nada é bom,
Vive sempre reclamando,
Mas, não olha pra seu irmão,
Ele de muito necessita
E você não lhe dá a mão.

Não sabe fazer o bem
Só pensa em você
E em mais ninguém,
Você está sendo egoísta
Para com alguém,
Não siga esta pista,
Pois ela o retém.

Olhe seu irmão!
Ele possui muito pouco,
Você não lhe dá a mão.
Ele precisa muito
Mesmo de um pedaço de pão.
Não reclama da vida,
Pois tem a casa,
E come boa comida,
Veste boas roupas
E bebe boa bebida.

Olhe seu irmão!
Que não tem casa,
Vive como ancião,
Anda fraco,
Pois não tem pra comer,
Está desidratado
Porque não tem pra beber,
Sente muito frio,
Porque não tem o que vestir.

Olhe seu irmão!
Que passa mal
Porque você não tem coração.

vendolino reinert

luiz carlos belli

Para Você

Gostaria de dizer muitas coisas e gostaria de ouvir e pensar num jeito de continuar a vida sem sentir tristeza por amar alguém demais.

Gostaria de poder abrir a janela e olhar sem que meus olhos doessem por estar dentro de mim tudo escuro e quieto, morto. Gostaria de poder abraçar a solidão, mas não sentir a angústia por medo de ficar sozinho, de esquecer o presente, mas não sentir medo é muito dura, áspera e ruim, porque as pessoas são objetos, os sentimentos usados, divulgados, massacrados;

Gostaria de fugir, abrir um lugar melhor que pudéssemos correr pelo campo, mãos dadas, vidas unidas, em que pudéssemos caminhar na selva, ouvir você na música do vento, o barulho do rio — a paz...

Longe, muito longe estou do mundo, estou no espaço vazio brilhante, no vácuo onde tudo é superficial, vago, calmo, vazio. Posso ver as pessoas lutando para se imporem umas às outras, e, no meio de tudo, das guerras, das lutas, dos fracassos e das decepções, ainda que, apesar de tudo, o que sinto por você é muito maior, muito maior do que qualquer coisa qualquer.

roseli reif

O Passado e o Presente

Somos produto do passado e vivemos imersos no passado, que por todos os lados nos oprime. COMO EMPREENDER vida nova, como criar nossa nova ação sem sair do passado, sem sobrepujá-lo, se estamos dentro dele e se ele está conosco? Só há uma saída, a do pensamento que não corta relações com o passado, mas que se levanta idealmente sobre ele e o converte em conhecimento. É preciso encarar de frente o passado ou, sem metáfora, reduzi-lo a problema mental e resolvê-lo em uma proposição de verdade que será a premisa ideal de nossa vida.

benedetto crocce

SOCIOLOGIA OU ECONOMIA?

Vivemos em tempo de abertura e distensão. É um fato incontestável que a sociedade brasileira de hoje não é mais a de apenas três anos passados. Praticamente não existem mais presos políticos, os exilados estão voltando, há liberdade de imprensa, ofuscada apenas algumas vezes por atos isolados. Deve-se levar em conta que a censura foi desativada na imprensa escrita. No rádio e na televisão ainda existe controle indireto, pois estes meios de comunicação são concessões governamentais. Politicamente tudo está funcionando bem, sob a batuta de um hábil maestro que tudo cronometrou para que tenhamos uma abertura e não um rombo.

Contudo, se politicamente caminhamos bem, inclusive com a formação de novos Partidos, desde a direita até a esquerda, falando-se nas esferas governamentais até em Constituição após as eleições de 1982; no quadro social e econômico, delinhe-se um quadro de beco sem saída, a médio e longo prazo. Sem desejo de ser pessimista, vendo tudo através de lentes escuras, prefiro ver com olhos descobertos e o que vejo?

No plano externo, uma dívida de quase 60 bilhões de dólares, com sucessivos "deficits" na balança de pagamentos, e a conseqüente submissão à política trilateralista (Japão, Europa Ocidental e Estados Unidos) e a possibilidade de ser forçada uma situação de "ultimatum" do Fundo Monetário Internacional, que já falou em gerir nossa economia, levando à moratória e alienação de nossa soberania.

No plano interno, em primeiro lugar as conseqüências da política externa. Com a dificuldade de importar e a compulsão de exportar tudo que for possível. A inflação em 1979 alcançou perto de 80% e a tendência para 1980 não é muito melhor, pois esperava-se salvar alguma coisa com uma supersafra, e agora quando está sendo colhida, forças internacionais estão manobrando para baixar os preços. E a parte mais frágil do organismo econômico, o operariado cada vez mais impaciente, pois vê que nem as greves resolvem mais a corrosão de seus salários. Os mais organizados conseguem sobreviver, e os outros que têm que se arrastar pela vida com salário mínimo ou até menos, como os bóias-frias e operários da construção civil e serviços públicos inferiores?

Isto no plano econômico. E no social? A criminalidade nos grandes centros assumindo formas epidêmicas, com linchamentos, esquadrões da morte, mortalidade infantil, favelamento, degradação total da qualidade de vida. O sistema educacional estrangeiro pela crônica diminuição de verbas, não fornecendo a necessária formação às crianças. Formação do caráter, praticamente não existe. Quando muito, aprender a ler e escrever, quando isto é somente uma parte do dever da escola. A este quadro acrescenta-se a dependência financeira (penetração veloz do capital estrangeiro) e tecnológica. E fica a pergunta se é ou não motivo de preocupação?

E o que aflige o Brasil, será que é o Econômico? Resolvendo o problema inflacionário, tudo o mais estará resolvido? Estamos no caminho certo aumentando impostos, confiscando soja e café, controlando preços e manobrando

salários? Aumentando os preços dos produtos das estatais às nuvens? Se esta fosse a doença, as operações de hérnia e ingestão de melhora, há muito já teriam surtido o efeito. Mas a situação piora, o paciente piora, dia-a-dia. Entra Ministro do Planejamento e sai e nada... O próprio Presidente declarou que se surgisse alguém que resolvesse o problema, ele o nomearia ministro imediatamente. Pode-se ver que o próprio Presidente não acredita mais nos métodos até aqui utilizados. Estes métodos seriam eficientes se o problema fosse resultante de uma situação de momento, anormal, como guerra externa ou civil, grande seca, terremoto, etc. Seria então um trauma de acidente em que as próprias energias vitais do paciente auxiliariam o médico a fazer com que o paciente recuperasse a saúde.

E a situação já vem de antes de 1964. Em 1963 tínhamos um índice inflacionário de 70% e agora de 80%. E 16 anos de tratamento não resolveram nada. Então os diagnósticos têm sido falhos, não sei se de má fé ou por falta de visão. A consciência dos médicos é que o diz.

E será que há outro ângulo a ser considerado? Creio que sim. Um motor não necessita somente de ter todas as peças em perfeito estado, mas estar perfeitamente ajustado. Suas peças devem funcionar sincronizadas. E frações de milímetro podem deixar um carro na estrada. E uma sociedade porventura também não é uma engrenagem? Analisando a planta e o método de construção podemos notar claramente qual é a situação atual do motor. Se houve falha na planta, na execução do projeto, ou se ambos estavam corretos e posteriormente houve desvio.

Podemos entender alguma coisa comparando-se o Brasil com os Estados Unidos. Perguntase: Por que os Estados Unidos, 100 anos mais novos estão mais adiantados? Raça?, Religião?, Clima?, Astrologia?, Destino? E por que certas áreas do Brasil não são subdesenvolvidas e outras estão no nível mais baixo do planeta?

Nos Estados Unidos, os primeiros imigrantes eram refugiados. Na Inglaterra, eram perseguidos e buscavam nova pátria onde pudessem viver livres. Então na nova terra, cada colono recebia seu lote de terra. Isto, na chamada Nova Inglaterra, as 13 primeiras colônias junto ao Atlântico. Este mesmo sistema foi depois implantado na conquista do Oeste. Cada colono que ia chegando demarcava uma área e sendo o primeiro a chegar, tinha o direito de posse, que depois era legalizado. Como resultado, a terra de plantio foi dividida de modo a criar condições de se formar uma infra-estrutura propícia a gerar produção e economias que depois deram origem às indústrias. E todos conhecemos a situação americana de hoje. O povo americano é de longe um dos mais operosos e dinâmicos.

Qual, entretanto, foi o sistema de colonização empregado por Portugal e Espanha em suas colônias? No caso da Espanha, os Fidalgos Espanhóis tomaram as terras de cultivo comum dos Maias, Incas e Astecas, reduzindo os índios a "peões". E cada reinol era um latifundiário, formando com seus colegas a "Aristocracia criolla", que ainda hoje domina o poder político e econômico na maioria dos países hispânicos.

E alguns, 10 famílias controlam até 70% das terras cultiváveis. E a grande massa? Masca coca para afungentar a fome. O caso mais trágico é o da Bolívia que em 183 anos de independência teve 185 golpes ou revoluções...

E no Brasil, a situação não foi muito diferente. Cada "patrício" que chegava se transformava num verdadeiro Senhor Feudal. Recebia grandes, senão enormes glebas de terras, colocando sob seu domínio multidões de escravos e agregados. Esta massa, dado o sistema de domínio, não podia ter cultura. E os que tinham eram desculturados. Os africanos, por exemplo, quando vinham da África, onde cada povo tinha sua cultura: Bantos, Iorubas, Sudaneses, Malês, Congolezes, eram estrategicamente separados, para que esquecessem sua língua e costume, deixando de ser povo. Os filhos da nobreza iam estudar na Europa. Este sistema, que Raimundo Faoro chama de "Estamentos" permaneceu, com poucas diferenças até nossos dias. Isto explica perfeitamente o atraso do Nordeste. A prova de que esta tese está no caminho certo são justamente as exceções: No sul dos Estados Unidos, foi mais tarde instituído o sistema de latifúndio, com escravatura, e o resultado foi o atraso da região por muito tempo, culminando com o desastre da Guerra Civil. No Brasil, nas áreas de colonização italiana, polonesa, alemã e há pouco, a japonesa, o sistema introduzido foi o da pequena e média propriedade agrícola. Vemos que estas áreas são desenvolvidas.

Fica então provado que o sistema Paternalista, Coronelista, modelou toda a sociedade brasileira em formação, tanto econômica como culturalmente. Transformou o país num modelo agrário-exportador, dependente quase totalmente do mercado externo, sem fundamento interior. A educação era fundamentalmente "Bacharelesca", isto é, para formar "os burocratas dirigentes". A massa? Era conveniente deixá-la marginalizada e daí o grande número de analfabetos de hoje em dia.

Por volta de 1930, motivada pela dificuldade criada pela crise do café, inicia-se a industrialização. Um detalhe: A indústria tem regime capitalista, que é essencialmente dinâmico, em contraste com o feudalismo, que é essencialmente estático, imobilista e conservador. O dinamismo industrial foi buscar, ou atraiu mão-de-obra na agricultura, provocando o "êxodo rural". As cidades praticamente "incharam" com suas conseqüências bem conhecidas: favelamento, miséria, criminalidade, falta de alimentos, pois a agricultura não tendo o dinamismo da indústria, ficou para trás na produção de alimentos para tanta gente. MOTIVO: O CAPITALISMO INDUSTRIAL pressiona cada vez mais o sistema agrícola, mas de fora para dentro, levando-o não ao dinamismo, mas à decomposição. E será que o Capitalismo industrial poderá sobreviver sem sua fonte básica de matérias-primas? Prova: Incentivos fiscais (perdão de impostos) a grandes conglomerados, até multinacionais para a compra de grandes áreas, de onde são removidos os pequenos agricultores, que deixarão de ser produtores na agricultura (parte alta da es-

cala em seu meio), para se transformarem em serventes de pedreiro, serventes de indústria (parte mais baixa da escala no capitalismo).

Está, pois, claro que a problemática está saindo da Economia e assumindo claros contornos sociais. E é isto mesmo: A ciência que irá resolver nossos problemas é a SOCIOLOGIA, a qual, deveria ser muito mais estudada. Lamentavelmente, a maioria dos grandes sociólogos não são bem vistos. Pelo visto, o doente sabe qual é o remédio, mas tem medo do tratamento. É preferível que o país, em sua maioria, continue enfermo, desde que os herdeiros dos coronéis, continuem com saúde (será que uma inflação a 80% é saúde para eles?) Vejamos então: Nenhum organismo vivo cresce por fora. Todo o organismo absorve os alimentos e os incorpora a si, começando então a crescer. O anão, coitado, também cresce, mas somente seu tronco, seus membros, é que são pequenos.

E o caso de nossa Agricultura, já posta em primeiro lugar pelo Governo. Os incentivos fiscais devem ser canalizados, não para grandes conglomerados, mas para pequenas e médias empresas. A legislação trabalhista deve ser específica para o homem do campo e não transplantada da indústria. A posse da terra deve visar, conforme dizem os programas de todos os partidos, antes aos interesses sociais que individuais. Portanto, a entrega de grandes áreas até a estrangeiros (Jari, Volkswagen, Sharp, etc.) deve ser substituída pela formação de Cooperativas Agrícolas de produção, com capital proveniente da exploração das nossas matérias-primas básicas e não sua entrega pura e simples às multinacionais.

As empresas estatais não podem continuar a ser desligadas do restante da economia. Se o que se deseja é o progresso, seu lucro deverá reverter, uma parte para a indústria e à agricultura, para incentivo verdadeiro, outra parte deverá reverter para a criação de condições mínimas de vida, para os que vieram da agricultura e na cidade não têm ainda moradia digna, nem assistência médica nem educacional. Ao mesmo tempo, ao lado da pequena e média propriedade deverão ser criados núcleos de colonização, principalmente ao longo das rodovias federais, em forma de cooperativas.

Assim, a Indústria terá uma retaguarda agrícola sadia, não explodida e reconstruída, mas evoluída dinâmica, fazendo com que nosso desenvolvimento seja por inteiro, não um anão, mas um ser normal, tanto física como espiritualmente.

Um bambu, em 2 semanas, chega a 30 metros de altura, mas é oco por dentro, e agitado pelo vento. O cedro tem um desenvolvimento por inteiro. Leva 30 anos para estar maduro, no entanto tem algo que o sustenta e resiste as tempestades: CERNE.

Neste sentido os adeptos do "milagre" econômico, ou deveriam voltar à Faculdade ou foram muito mal intencionados. O "milagre" não passou de bolha de sabão.

ENSINO PAGO OU GRATUITO?

Atualmente está em discussão uma questão de interesse de todos os estudantes: o do ensino pago que o governo está com plano de introduzir. A pergunta é se deve ser instituído em todas as universidades.

Inicialmente deve ser feita uma colocação que pode parecer óbvia, mas que convém ser mencionada: Há uma falta de verbas muito grande. Tão grande que algumas Universidades Federais ronda o fantasma da insolvência, conforme declarações do próprio Ministro da Educação. Então, devem ser canalizadas verbas para o ensino, pois de uma maneira ou outra, alguém paga. Mas, quem deve fazê-lo: o governo ou o estudante? Para responder à pergunta devem ser feitas algumas colocações fundamentais. O ensino de primeiro grau deve ser geral e obrigatório, como manda a lei, pois sem ele, o indivíduo numa sociedade moderna sentir-se-á cada vez mais marginalizado. O segundo grau, segundo a atual lei, deve ser profissionalizante, isto é, tornar o estudante apto a exercer uma profissão, ou então para prepará-lo para o terceiro grau, ou Universidade. Já àqueles que ingressam numa Universidade devem estar conscientes de muito mais que alcançar uma boa posição, terão a imensa responsabilidade de serem líderes na comunidade em sua área de trabalho. E a própria sociedade deve estar consciente deste fato. Não deveria ser como acontece: qualquer pequena ou média comunidade julga que instalando um Curso Superior, por mais longe que esteja de suas necessidades de trabalho é um fator de "status". Daí a proliferação de Cursos cujo mercado de trabalho está saturado, mas que proporcional à elevação do nível social do estudante, não interessa se exerce a profissão ou não. Deve ficar bem claro que os profissionais de nível universitário são, quando devidamente formados, o esteio da tecnologia e da cultura de um povo. A Universidade deverá se transformar num farol irradiador do verdadeiro desenvolvimento.

Conclusão: O ensino de primeiro e segundo grau deve receber uma atenção maior das autoridades, elevando seu nível de ensino e técnico, retendo o aluno por mais tempo na sala de aula. Veja que em países adiantados o aluno fica na escola 6 horas diárias. E

no Brasil? 3 no máximo e ainda para receber a merenda, que seus pais não podem lhe dar à altura.

Neste sentido, ao lado de uma melhor distribuição da renda, para apagar as tremendas desigualdades sociais, o salário-família pago pelas empresas deveria ser pago diretamente à escola do menor respectivo. E não deveriam existir escolas de primeiro e segundo grau particulares. As oportunidades deveriam ser iguais para todos: para o filho do favelado e para o filho do bilionário. Já o ensino universitário, dada a premente necessidade de profissionais em certas áreas (algumas cidades do interior do país nunca viram nem médico, nem farmacêutico, nem dentista, nem professores), deveria ser público e gratuito para os que conseguissem ser aprovados em vestibulares não somente classificatórios, mas que realmente medissem a capacidade do candidato. Findo o curso, o estudante irá trabalhar mediante contrato em área carente, recebendo salário normal. O simples fato de colaborar no desenvolvimento já é pagamento suficiente. É melhor assim que ficar na cidade grande abrindo clínicas de abortos, aprendendo corrupção, entrando na exploração financeira ou imobiliária e outras mordomias. Mesmo porque se o ensino fosse realmente pago, bem poucos poderiam pagá-lo. Procure saber quanto custa a formação de um médico ou de um dentista. Deseja-se instituir o ensino pago para desencorajar os menos capazes (em Cr\$), mantendo assim a capacidade de domínio da minoria dominante. Uma sociedade democrática como a desejada pelo Presidente Figueiredo não comporta distinção de dinheiro, mas distinção de capacidade.

Fica, pois denunciada a tentativa, ou melhor, o propósito de instituir o ensino pago nas Federais e institucionalizá-lo definitivamente nas particulares como uma manobra do regime capitalista selvagem que tantos prejuízos já trouxe à nossa Pátria. **Imposto se paga na empresa e não na Escola.**

Ingomar Brandes

O MENOR CARENTE SUGESTÃO

O assunto abordado pelo Diretório Acadêmico Clóvis Beviláqua é realmente muito sério e digno de toda atenção.

Foram pedidas sugestões. Sugestões são muito fáceis de serem emitidas. Creio mesmo que cada um dos 120 milhões de brasileiros teriam cada um sua sugestão diferente. Deve-se, isso sim, ir aos fatos, à realidade, independentemente de posições ou opiniões pessoais. Creio que o problema do menor está intimamente ligado aos outros problemas sociais que a sociedade brasileira enfrenta no momento, como o alto índice de criminalidade, degradação moral, corrupção nas mais altas esferas de decisão, inflação galopante, o problema habitacional, o de saúde, um muito sério da educação e ensino e tantos outros.

Ora, caros colegas, estudantes de Direito, vocês estão se formando e devem saber e muito bem que existem duas formas de violência: a ativa, constante de todos os atos comandados no Código Penal. Esta violência ativa existe em todas as sociedades, por melhores que sejam, até um certo nível. Existe também uma outra forma de violência, tão ou mais perigosa: a violência passiva ou branca, ou ainda de colarinho e gravata. Em que consiste este tipo de violência? Consiste justamente em usar os poderes que tem para negar aos seres humanos, em seu benefício próprio, aqueles direitos que são inerentes à condição de ser humano. O homem os tem não porque alguém os dá, mas porque já nasce com eles: direito à vida, ao estudo, à saúde, ao trabalho, à segurança, à liberdade de expressão política e religiosa, de ir e vir e muitos outros.

Então, qual é a primeira atitude a tomar, quando a violência ativa ultrapassa os limites, alastrando-se como epidemia? Saber a origem, a causa. E aí devemos procurar ver se os direitos fundamentais estão assegurados ao ser humano na sociedade em que está vivendo. Convido, pois, aos caros colegas a examinarem comigo a situação brasileira:—

1o.) — Todos nós sabemos que para haver uma produção suficiente de alimentos e matérias-

primas básicas para a indústria, deve haver uma distribuição equitativa das respectivas terras de plantio. O que está acontecendo no Brasil? Grandes e poderosas firmas, geralmente multinacionais, recebem incentivos fiscais e assim adquirem terras em grande quantidade (o Projeto Jari sozinho é maior que a Bélgica), e os colonos saem da terra indo "inchar a periferia das cidades". E todos sabemos o que provoca o favelamento, com sua promiscuidade e absoluta falta de condições básicas de higiene. E estas grandes firmas não estão interessadas na produção de alimentos, mas sim, no plantio de árvores para reflorestamento, não de espécies nativas, mas somente daquilo que dá mais dinheiro, como Pinus e outras "preciosidades", levando à falta de alimentos na cidade e elevando o custo de vida às nuvens. E na favela, o menino que veio do interior, ou que nasceu por ali mesmo, ao invés de ser segurado na escola por 6 horas como em outros países, lá fica no máximo por 3 horas, recebendo um ensino fraco e nenhuma educação, não tanto pela incompetência dos professores, mas pela absoluta falta de recursos. Então o crime na favela assume ares de guerra. O que é uma guerra? Simplesmente um conflito entre duas sociedades. E existem realmente duas sociedades: uma que está na favela, mas vê por cima de seus barracos, não muito longe os edifícios luxuosos de uma Avenida Atlântica. Colegas acadêmicos, o desenvolvimento não pode ser unilateral, voltado somente para um setor. O bambu em 2 semanas cresce até 30 metros de altura, mas é oco, apesar de bonito. Já um cedro, leva até 30 anos para estar adulto, mas não há vento que o derrube, porque dentro dele há uma coisa importante: cerne. Do mesmo modo acontece com uma sociedade: Se um de seus segmentos se apodera do poder social e econômico, marginalizando a imensa maioria, isto só tem que se generalizar e provocar reações violentas. A democracia somente política é uma das máscaras da violência passiva. A democracia deve ao mesmo tempo ser social e econômica, de tal modo que tenhamos uma sociedade não

comunitária, mas solidária. E convenhamos, com nossos Legisladores, habilmente colocados pelo sistema para manter o "status quo", a lei nunca será para toda a sociedade, mas para grupelhos. Os colegas sabem qual a proporção da distribuição da renda atualmente no Brasil? Necessitamos de que venha uma democracia nascida de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre, democrática e soberana, verdadeiramente representativa, para então serem elaboradas leis e não "ucasses". Aí então lentamente, a criminalidade começará a declinar, e obviamente, os pais recebendo em sua maioria o direito à vida decente, poderão criar e educar seus filhos. SE NÃO CONCORDAM, procurem viver um período de 3 meses com salário-mínimo e depois voltemos a conversar.

Quanto ao problema imediato, caros colegas, toda penitenciária ou orfanato, ou ainda escola de reeducação devem ser fora do ambiente de origem dos elementos, pois dentro de uma casa de recolhimento no mesmo lugar, sempre há contacto indireto com o mundo de onde o elemento saiu. Para desafogo das cidades e ainda para sua segurança, todos os estabelecimentos deveriam ser em áreas agrícolas, com libertação progressiva, à medida que o indivíduo for se recuperando. Igualmente para desafogar as cidades, o Governo deveria suspender incentivos a quem não necessita, e criar com este dinheiro cooperativas agrícolas de produção, absorvendo mão-de-obra ociosa das cidades. Nestas cooperativas existiria toda a assistência necessária. Seriam verdadeiras cidades agrícolas. O dinheiro para isto? As grandes firmas ameaçadas pelo descalabro social de perderem tudo o que construíram devem se conscientizar da gravidade da situação e ser criado um grande Fundo Social, através de impostos progressivos sobre Capital e Lucros. Assim o desenvolvimento será GLOBAL e haverá JUSTIÇA. Aceito críticas, estou disposto a dialogar.

Um estudante de Direito

OS TEMPOS MUDARAM

Até a poucos dias atrás, pelo que sei, para se conseguir muitos tipos de emprego, o grau de instrução mínimo exigido era o 1o. Em muitos outros casos, até mesmo o 2o. grau. Assim dizem os classificados nos jornais: "Precisa-se de secretária. Grau de instrução mínimo: 1o. grau. Auxiliar de escritório: Exige-se 2o. grau". Uma coisa comum a todas essas ofertas de emprego é que estipulam um grau mínimo de instrução. Mas, parece que as coisas já estão começando a mudar. Agora já se está estabelecendo grau de instrução "máximo" como requisito a certo tipo de emprego. O leitor tomará plena consciência disso se eu narrar um caso concreto que me ocorreu não faz muito.

Tendo tomado conhecimento de que a ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) tinha vaga para o cargo de carteiro, fui até lá saber dos requisitos, pois um conhecido meu estava desempregado e tal emprego viria a calhar. Para meu espanto, me informaram que só poderia inscrever-se a pessoa que tivesse "no máximo" a 6a. série do 1o. grau. Ou seja, todos os que tivessem instrução superior a essa não poderiam nem candidatar-se.

E esse meu conhecido tinha, portanto...
SERIA O CASO DE A PESSOA QUE FOI RECUSADA COMO CANDIDATO dizer: "Perdi a chance de um emprego porque estudei demais".

Stenio José — 25.3.80

V Festival

Universitário da Canção

Âmbito Nacional REGULAMENTO

Art. 1o. - O DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES da Fundação Educacional da Região de Blumenau e os DIRETÓRIOS ACADÊMICOS da mesma Fundação, promovem e organizam, através da Comissão Especial Executiva, o V Festival Universitário da Canção - âmbito nacional, sob a sigla V FUC, a ser realizado em Blumenau, Estado de Santa Catarina, nos dias 04, 05 e 06 de setembro de 1980.

Art. 2o. - O V Festival será dividido em 4 (quatro) Fases.

I - Fase eliminatória das músicas inscritas;

II - Fase do Congresso de Abertura;

III - Fase de apresentação das músicas inscritas e selecionadas;

IV - Fase de apresentação das composições classificadas na Fase I.

Art. 3o. - Podem participar do Festival como concorrentes, autores e compositores que estejam cursando escola superior, mediante atestado do Estabelecimento em que estão matriculados.

§ 1o. - Os interessados em apresentações especiais poderão ser não universitários, sendo-lhes, porém, excluído o direito de concorrer ao V FUC.

§ 2o. - Os membros das Comissões de Trabalho do V FUC, não poderão concorrer como autores e/ou compositores e/ou intérpretes, o mesmo valendo aos seus familiares, até o 2o. grau.

Art. 4o. - Cada autor e/ou compositor poderá concorrer, no máximo, com três músicas, devidamente inscritas em formulário próprio.

Art. 5o. - Devem as composições possuir as seguintes características:

I - que sejam composições inéditas e originais tanto na parte literária como na parte musical, até a data de sua inscrição e apresentação no Festival.

§ 1o. - Entende-se por composição inédita aquela que não tenha sido premiada, gravada, editada ou apresentada em público e não tenha representado para o autor ou compositor benefício financeiro.

§ 2o. - Por original, entende-se que a composição não venha a ser imitação, plágio, cópia de composições já existentes no mercado.

Art. 6o. - Até o Festival e depois devidamente inscritas, as composições não poderão sob hipótese alguma, ser apresentadas em público, sob pena de serem desclassificadas.

Art. 7o. - Na ficha de inscrição deverão constar obrigatoriamente:

a) - Nome do (s) autor (es) ou compositor (es) e o nome da Universidade ou da Faculdade em que se encontra (m) matriculado (s);

b) - Endereço do (s) autor (es) ou compositor (es);

c) - Nome da composição;

d) - Nome do (s) intérprete (s).

Art. 8o. - A ficha de inscrição deverá vir acompanhada de:

a) - 10 (dez) vias datilografadas ou xerografadas da composição com o título, letra e sem o nome do autor, em tamanho papel ofício;

b) - 03 (três) vias datilografadas ou xerografadas da composição, contendo o título da composição, a letra e o nome do (s) autor (es), em papel tamanho ofício, devidamente assinadas pelo (s) autor (es);

c) - Uma fita cassete contendo a música, já em seu arranjo final;

d) - Atestado a que faz alusão o art. 3o. deste Regulamento.

Art. 9o. - As inscrições poderão ser efetuadas do dia 01 de maio de 1980 ao dia 15 de julho de 1980, diretamente na sede do DCE (Diretório Central dos Estudantes) ou por correspondência para o seguinte endereço:

*Diretório Central dos Estudantes
Comissão Especial Executiva - FUC
Rua Antonio da Veiga, 140
Cx. Postal 7-E - Fone 22-4500
89.100 - Blumenau - SC.*

Parágrafo único - As inscrições remetidas pelo correio ou por outro meio, deverão vir acompanhadas dos seguintes dados:

a) - Nome completo do participante;

b) - Endereço;

c) - Local de nascimento e data;

d) - Cidade onde reside;

e) - Estado civil;

f) - Nome da Universidade ou Fundação em que é matriculado;

g) - Faculdade ou curso que frequenta;

h) - Ano ou semestre em que foi matriculado;

i) - Telefone;

j) - No. do CPF ou Carteira de Identidade.

Art. 10 - As eliminatórias serão realizadas a partir do dia 01 de agosto de 1980, em local e data a serem divulgados, sem público, somente para os organizadores do evento e para a Comissão Julgadora.

Parágrafo único - De todas as composições inscritas serão classificadas pelas eliminatórias, 30 (trinta) composições que irão concorrer, sendo que a sua apresentação na III Fase, quanto à ordem e dia, será decidido por sorteio, a cargo da Comissão Organizadora.

Art. 11 - A seleção das músicas na Fase eliminatória será feita através de fita minicassete enviada com a ficha de inscrição.

Art. 12 - Das 30 (trinta) composições classificadas na Fase I, 15 (quinze) serão apresentadas no dia 04 de setembro de 1980 e 15 (quinze) no dia 05 de setembro de 1980, respeitando o disposto no parágrafo único do artigo 10.

Parágrafo único - De cada conjunto de 15 (quinze) composições serão classificadas 05 (cinco) que em número de 10 (dez) serão apresentadas na Fase final.

Art. 13 - As Fases do Festival serão realizadas no Pavilhão "A" da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, em Blumenau, Estado de Santa Catarina, nos dias previstos, a partir das 20:00 horas, ou noutro local, a ser indicado pelos Promotores e Organizadores.

Art. 14 - As composições serão julgadas por uma Comissão nomeada pelos Organizadores, cujo número de integrantes ficará a seu exclusivo critério.

Art. 15 - Para a Fase final a Comissão Julgadora escolherá 10 (dez) composições que irão concorrer aos prêmios. Para tanto, os votos serão computados pela maioria simples dos membros componentes da Comissão Julgadora.

Art. 16 - As composições designadas finalíssimas deverão ser apresentadas da mesma forma como foram nas Fases classificatórias, isto é, com o mesmo intérprete e sem alteração de arranjo.

Art. 17 - A Comissão Julgadora escolherá na última noite - Fase final - as três melhores composições e o melhor intérprete, com a seguinte premiação, que será paga pelos Promotores:

1o. lugar - autor - Cr\$ 30.000,00 e troféu;

2o. lugar - autor - Cr\$ 20.000,00 e troféu;

3o. lugar - autor - Cr\$ 15.000,00 e troféu;

Melhor intérprete - Cr\$ 10.000,00 e troféu.

Parágrafo único - Todas as composições restantes receberão troféu ou medalha de participação.

Art. 18 - A ordem de execução das canções na Fase final será feita por sorteio realizado pelos Organizadores.

Art. 19 - O material enviado para participação não será devolvido, sendo propriedade dos Diretórios Acadêmicos.

§ 1o. - As 30 (trinta) músicas apresentadas no FUC serão gravadas em discos, sendo que os autores das respectivas músicas não terão qualquer participação nos lucros da venda dos discos.

§ 2o. - Serão gravados no máximo 3.000 (três mil) discos.

Art. 20 - A Comissão Organizadora marcará data, local e horário para os ensaios das canções participantes do Festival.

Art. 21 - Os Organizadores distribuirão credenciais que serão exigidas quando julgarem necessário.

Parágrafo único - Receberão credenciais os intérpretes, autores, compositores e representantes da Imprensa e das Comissões de Trabalho.

Art. 22 - A Comissão Organizadora oferecerá gratuitamente aos participantes do Festival, devidamente inscritos, somente alojamento nos dias de apresentação, no Prédio de Alojamento da Comissão Municipal de Esportes, que se localiza a 200 metros do Pavilhão onde se realizará o Festival, ou noutro local a ser designado.

Art. 23 - A Comissão Organizadora se reserva o direito, em caso de inobservância do presente Regulamento, assim como a perturbação da ordem no Festival em qualquer aspecto, de excluir os responsáveis, cancelando assim sua inscrição.

Art. 24 - Os autores das composições não classificadas na Fase eliminatória serão comunicados 20 (vinte) dias antes do início do Festival.

Art. 25 - A Comissão Julgadora é soberana quanto às decisões.

Art. 26 - Ficará ao encargo da Comissão Julgadora, se publicará ou não, os pontos obtidos pelos concorrentes, em qualquer das Fases do Festival.

Art. 27 - A Comissão colocará à disposição dos autores e seus intérpretes, para as Fases III e IV, um conjunto musical para os ensaios e acompanhamentos na apresentação das composições.

Parágrafo único - O concorrente poderá se apresentar com outro conjunto musical de sua livre escolha, ficando neste caso qualquer ônus relativo ao mesmo por conta e responsabilidade do autor.

Art. 28 - A participação de menores será permitida, mediante a apresentação de autorização legal.

Art. 29 - As inscrições das composições implicam na integral aceitação do presente Regulamento, bem como daquelas decisões que venham a ser estabelecidas pelos Promotores e Organizadores.

Art. 30 - Os casos omissos do presente Regulamento serão resolvidos pelos Promotores e Organizadores.